



27 DE SETEMBRO DE 2011

Terça – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **BANCÁRIOS ENTRAM EM GREVE HOJE**
- **MERCADO APROVA ELEVAÇÃO DO TETO PARA USAR FGTS**
- **BENEFÍCIO PARA DESEMPREGADO EXIGIRÁ IDA A ENTREVISTAS**
- **MAIOR CONTEÚDO NACIONAL SERÁ TENDÊNCIA, DIZ MERCADANTE**
- **RJ PREPARA NOVO SALTO NA PRODUÇÃO DE CARROS**
- **IMPORTADORES TENTAM NEGOCIAR IPI DE CARROS**
- **GOVERNO FICA MAIS PESSIMISTA COM CRISE EXTERNA**
- **MÁQUINAS AGRÍCOLAS: MERCADO E PRODUÇÃO CAEM 8%**
- **MOVIMENTO DE CLIENTES NAS CONCESSIONÁRIAS CAI 30%**
- **NISSHINBO BRAKE COMPRA A TMD FRICTION**
- **REGRAS PARA AVISO PRÉVIO DÃO SEGURANÇA, DIZ CNI**
- **AVISO PRÉVIO DE 90 DIAS CUSTARÁ R\$ 1,9 BILHÃO ÀS EMPRESAS**
- **INVASÃO DE PRODUTOS CHINESES TEM PROVOCADO FECHAMENTO DE
INDÚSTRIAS NO BRASIL**
- **SOBE NÚMERO DE EMPREGADOS QUE SE AUSENTAM POR DOENÇA**
- **IR - PESSOA JURÍDICA - IRPJ E CSLL DO MÊS DE AGOSTO VENCEM DIA 30/9**
- **IR - PESSOA FÍSICA - QUOTA DO IRPF COM VENCIMENTO EM 30/9 TERÁ
4,99% DE JUROS**
- **DIREITO DO TRABALHO - TRANSTORNO BIPOLAR: TST NÃO CONSIDERA NULA
DEMISSÃO DE DIRETORA**
- **TRIBUNAL - EMPREGADO DEMITIDO POR JUSTA CAUSA PERDE DIREITO ÀS**

FÉRIAS PROPORCIONAIS

- **SIMPLES NACIONAL - FRENTE PARLAMENTAR SE MOBILIZA PARA GARANTIR VOTAÇÃO DO SUPERSIMPLES NO SENADO**
- **IOF - RELATOR FINALIZA PARECER SOBRE COBRANÇA DE IOF EM ESPECULAÇÃO COM DÓLAR**
- **DESONERAÇÃO DA FOLHA - TRABALHO DISCUTIRÁ DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO**

Cambio Em 27/09/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,797	1,798
Euro	2,440	2,441

Fonte: BACEN

Bancários entram em greve hoje

27/09/2011- Gazeta do Povo

Os bancários iniciam hoje, em todo o Brasil, uma greve por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, a mobilização deve envolver 18,5 mil trabalhadores. Os bancários reivindicam 12,8% de reajuste, o que significa um aumento real (descontada a inflação) de 5%. Em assembleia na noite de ontem, com 660 trabalhadores, eles rejeitaram a proposta de reajuste de 8% apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

Segundo o presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, Otavio Dias, a proposta praticamente não avançou em relação à anterior, que oferecia 7,8% de reajuste. Os bancários também querem que o piso salarial seja unificado em R\$ 2.297,51. Atualmente, a remuneração inicial varia de acordo com a função: caixa (R\$ 1.451,80), escriturário (R\$ 1.140,13) e portaria (R\$ 794,98). De acordo com o sindicato, os bancários ainda querem Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no valor de R\$ 4,5 mil e mais três salários. A categoria também reivindica que o vale-

alimentação e o vale-refeição sejam reajustados para R\$ 545 cada um, por mês. Os valores atuais são de R\$ 311 e R\$ 363, respectivamente.

Segundo Dias, melhorias nas condições de saúde dos empregados e segurança nos bancos, além da redução da rotatividade, também estão na pauta de negociações. "No primeiro semestre, o volume de demissões sem justa causa aumentou de 40% a 47%. Os bancos demitem as pessoas com mais de 40 anos de idade e 20 anos de casa para contratar outros empregados com salário menor", afirma.

Na campanha salarial do ano passado, os bancários cruzaram os braços por 15 dias, na que foi considerada uma das maiores greves da categoria, e conseguiram um aumento real de 3%. Curitiba tem 361 agências bancárias e a região metropolitana, outras 167. Segundo o sindicato, no ano passado a adesão foi de 80%

Mercado aprova elevação do teto para usar FGTS

27/09/2011- Gazeta do Povo

Os bancos estão negociando com o governo federal a ampliação do teto para o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a compra da casa própria, que hoje só pode ser utilizado para imóveis de até R\$ 500 mil. A notícia já anima o mercado imobiliário, que acredita que o valor deve acompanhar a valorização dos imóveis em todo o país. Entretanto, há quem considere a proposta abusiva, por apresentar reajuste maior que a inflação do período.

O pedido foi feito ao Banco Central pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), que até o fechamento desta edição não havia dado retorno aos contatos da Gazeta do Povo para explicar o porquê da proposta e para quanto deveria subir o limite. O jornal Folha de S.Paulo informou ontem que o valor máximo para o uso do FGTS subiria para R\$ 750 mil – o último aumento ocorreu em março de 2009, quando passou de R\$ 350 mil para os atuais R\$ 500 mil.

Os saques de recursos do FGTS para o pagamento da casa própria dos paranaenses subiram em ritmo maior que a média brasileira. Enquanto em todo o país a quantidade de saques para pagar o imóvel foi 57% maior em 2011, na comparação com o mesmo período de 2008, no Paraná o aumento foi de 86%. O aumento no estado foi maior também em relação ao ano passado (23% de alta no Paraná contra 13% na média nacional).

Até agora, em 2011, os paranaenses fizeram 74 mil saques do FGTS para custear a habitação, movimentando R\$ 342 milhões. A explicação para o aumento nos saques seria o aquecimento do mercado imobiliário e o programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida, que traz benefícios aos compradores da casa própria. "O recurso do FGTS fica parado, sem destino. Com a compra do imóvel ele é levado para a produção, ajudando a economia do país", diz Gustavo Selig, presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Paraná (Ademi-PR).

Regras

O FGTS pode ser sacado para a aquisição de imóveis em fase de construção, pagamento total ou parcial do valor da compra, liquidação ou amortização do saldo devedor do financiamento habitacional, pagamento de até 80% da prestação do financiamento para reduzir as 12 parcelas seguintes, e para o consórcio imobiliário.

No entanto, há algumas regras para o saque: um imóvel não pode ser comprado com recursos do FGTS se o dono atual também tiver usado o dinheiro do fundo para a habitação nos últimos três anos; quem tiver financiamento ativo no Sistema Financeiro de Habitação não pode usar o recurso do FGTS na compra de um segundo imóvel; se o imóvel já está quitado, só é possível utilizar os recursos do fundo para comprar uma segunda moradia desde que ela não esteja na mesma cidade ou região metropolitana da primeira.

A possível aprovação da proposta já faz os olhos das imobiliárias de Curitiba brilharem. A Rede Imóveis, associação de 12 imobiliárias da capital, calcula que, se o teto para o uso do fundo subir para R\$ 750 mil, ao menos 250 casas usadas e que estão no cadastro das instituições poderiam ser compradas com a utilização do FGTS. "Não há aspecto negativo nesta medida porque, além de acompanhar a valorização dos imóveis, coloca à disposição dos compradores aquelas casas que antes não podiam ser compradas com o benefício", salienta Luciane Nardelli, vice-presidente da associação.

Para o diretor comercial da VCG Empreendimentos, Alexandre Vianna, a medida possibilitaria a inclusão de novos compradores ao mercado e poderia oferecer outras facilidades. "Se a proposta incluísse ainda a diminuição da taxa de juros, ajudaria a liberar crédito mais barato", analisa. "Esperamos que a medida saia do papel ainda neste ano para que possamos planejar o ano que vem", opina Gustavo Selig, presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Paraná (Ademi-PR).

Entretanto, o Instituto FGTS Fácil, entidade que assessora trabalhadores sobre o fundo, considera a proposta abusiva, por apresentar reajuste muito maior que a inflação acumulada no período. "A inflação de março de 2009 até agora está em torno de 14,5%, e em dois anos o teto subiria 50%. O reajuste deveria ser feito anualmente, com base na inflação. Porém, como o último reajuste já foi acima da inflação, ainda há muita gordura para queimar. Manter o valor atual faria com que as construtoras voltassem a praticar preços mais razoáveis", ressalta Mário Avelino, presidente da ONG.

A assessoria de imprensa do BC informou que o pedido se encontra em análise. Se a autoridade monetária aprovar a proposta, ela será encaminhada ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Não há prazo definido para essa análise ocorrer.

Benefício para desempregado exigirá ida a entrevistas

27/09/2011- Gazeta do Povo

O governo federal criou novas regras para limitar o pagamento do benefício do seguro-desemprego. Em São Paulo, já está sendo implementado o sistema: o trabalhador, quando for pedir o benefício, receberá até três cartas de recomendação de emprego. Se faltar às entrevistas ou recusar a vaga sem justificativa, terá o seguro-desemprego suspenso.

Para recusar as propostas de emprego, que deverão ser compatíveis com a função do trabalhador e com salário igual ou maior que o anterior, o desempregado poderá alegar doença, que está fazendo curso profissionalizante ou dificuldade de locomoção.

A nova regra começou a ser aplicada em setembro do ano passado na Paraíba e chegará a todo o país até o fim do ano, segundo o Ministério do Trabalho. Durante o recebimento do benefício, o trabalhador também poderá ser chamado para entrevistas de emprego. O objetivo, segundo o Ministério do Trabalho, é coibir fraudes e facilitar a recolocação dos trabalhadores. Segundo o advogado Paulo Sérgio João, da PUC-SP, há desempregados que atuam como autônomos só para se beneficiar da lei. As centras sindicais não comentaram a medida.

Maior conteúdo nacional será tendência, diz Mercadante

27/09/2011- Gazeta do Povo

São Paulo - O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, disse ontem que a exigência do governo para que as empresas aumentem o conteúdo nacional em seus processos de fabricação é uma tendência que deverá ser seguida em vários setores estratégicos para o país. O melhor exemplo para essa política, na avaliação dele, são os tablets, cujo Processo Produtivo Básico (PPB) exige que as empresas aumentem a quantidade de componentes nacionais do dispositivo ao longo dos anos. Em troca, há concessão de incentivos fiscais que, no caso, chegam a 36% apenas em impostos federais.

Segundo Mercadante, o ministério planeja elaborar processos produtivos básicos para a produção de computadores, notebooks, televisores e celulares. "A partir daí, vamos conseguir criar escala para atrair a indústria de componentes, que é mais estratégica e mais difícil", disse.

Outro exemplo bem-sucedido citado pelo ministro foi o de medicamentos genéricos, que, segundo ele, trouxe empresas e tecnologias para o país. "O Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Desenvolvimento e o Ministério da Fazenda defendem essa posição em conjunto. Não fazemos isso isoladamente", garantiu.

RJ prepara novo salto na produção de carros

27/09/2011- Gazeta do Povo

A poucos minutos da divisa com **São Paulo**, o polo automotivo do sul do estado do **Rio de Janeiro** vem atraindo investimentos bilionários. Quarto maior produtor de veículos do Brasil, posto que atingiu em 2010 após ultrapassar Rio Grande do Sul e

Bahia, o Rio se prepara para mais um salto e pode tomar do **Paraná** o terceiro lugar entre os maiores fabricantes - depois de São Paulo e Minas Gerais.

O fôlego para isso deve vir principalmente de um potencial investimento da **Nissan** na construção de uma fábrica em Resende, que pode chegar aos R\$ 2 bilhões. A decisão foi tomada recentemente, garantem fontes ligadas às negociações. O plano da empresa é começar as obras em março do ano que vem e iniciar a produção em 2013. A capacidade será de 200 mil veículos por ano. A empresa, porém, não confirma as informações.

A escolha do Rio em detrimento do Paraná, onde a Nissan já tem uma fábrica, teria contado com um empurrão dos sindicalistas, apontam executivos do setor. A queda de braço entre as companhias e representantes dos trabalhadores do estado sulino por aumentos bem acima da inflação teria influenciado a Nissan a optar pelo Rio.

O aporte esperado da Nissan, ao lado de novos investimentos que a **PSA Peugeot Citroën** e a **MAN/Volkswagen** Ônibus e Caminhões pretendem fazer na região, anima o governo do Rio, que já fala em "ABC fluminense", numa referência ao ABC paulista, berço da indústria automobilística nacional. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Importadores tentam negociar IPI de carros

27/09/2011- Valor Econômico

O governo começou a sofrer pressão de várias frentes para aliviar as consequências do aumento de 30 pontos percentuais no Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para automóveis com índice de nacionalização abaixo de 65%. De um lado, importadores reivindicam que veículos que já receberam licença para entrar no país sejam liberados da tributação adicional. De outro, empresas com projetos de construção de fábricas pedem um regime diferenciado. Além disso, o governo do Uruguai também entrou na discussão porque os três fabricantes instalados naquele país ficaram de fora da exceção para o Mercosul e estão agora impedidos de vender para o Brasil.

Cada uma das 27 maiores importadoras enviou ontem ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a relação dos veículos com licenças de importação já emitidas. A Abeiva, associação que representa o setor, não divulgou volumes. Segundo fontes do governo, desde maio, 954 mil pedidos foram deferidos e outros 365 mil estavam em análise. Essas empresas vendem pouco mais de 10 mil unidades por mês.

Mas o maior dilema do governo é como atender às empresas com planos de construir fábricas. A exigência de conteúdo local de 65% inviabiliza a instalação de novas linhas. A equipe econômica acredita na seriedade de grandes projetos, como o da coreana Hyundai, com fábrica já praticamente erguida em Piracicaba (SP). Mas criar um regime especial para qualquer empresa que prometer investir no país pode levar à repetição de um erro do regime automotivo da década de 90, quando o governo permitiu que a coreana Asia Motors importasse com isenção de impostos. A fábrica prometida não foi construída e a dívida, que chega a R\$ 1,7 bilhão, está em fase de execução na Justiça.

No Uruguai, há fábricas da coreana Kia Motors e das chinesas Lifan e Chery. Nenhuma atende à nova exigência de peças regionais acima de 65%, nem tem operação industrial no Brasil, outra exigência do Decreto nº 7.567.

Máquinas agrícolas: mercado e produção caem 8%

27/09/2011- Newsletter Automotive Business

Milton Rego, vice-presidente da Anfavea e diretor de comunicações e relações externas da CNH (foto), garante: a agricultura brasileira vai crescer no médio e longo prazos, os personagens ligados ao agronegócio vão ganhar dinheiro e o País terá relevância crescente no cenário global como fonte de *commodities* agrícolas. Ele adverte, no entanto, que incertezas sazonais como o câmbio, taxas de juro, clima, pragas e políticas governamentais tornam difícil fazer projeções com precisão em curto prazo.

Ainda assim, ele se arrisca a estimar que o mercado de máquinas agrícolas (a lista inclui também máquinas de construção, como tratores de esteiras e retroescavadeiras) recuará para 63 mil unidades este ano (68,5 mil em 2010). As exportações devem ficar em 18,7 mil unidades (repetindo 2010) e a produção na casa de 81,7 mil unidades (88,7 mil em 2010). Os volumes representam uma revisão nas previsões da Anfavea, que registram vendas internas de 68,5 mil, exportação de 17,8 mil e montagem de 85,2 mil unidades. O recuo é de 8% na produção e vendas internas.

E quanto ao próximo ano? Em cenário conservador, haverá queda de 5% a 10% na produção de máquinas agrícolas, voltando-se aos níveis de 2009, mas um estímulo à agricultura familiar pode melhorar o panorama. Uma retomada, em todo caso, ocorrerá em 2013.

A indústria de máquinas agrícolas, que fornece tratores, colheitadeiras e implementos, acompanha a curta distância os movimentos do PIB agrícola, com algumas dissonâncias que podem ser provocadas por programas especiais de incentivo à mecanização e ganhos de produtividade. Um trator básico, de 75 cavalos, vale cerca de R\$ 60 mil, mas no outro extremo pode-se investir até R\$ 400 mil para adquirir um outro, de 300 cavalos, no estado-da-arte, capaz de trabalhar até mesmo sem interferência do operador.

Já uma colheitadeira das mais caras custa R\$ 900 mil e, ao contrário do que se pensa, depende ainda de um bom operador para reduzir as perdas para 0,2% do potencial da colheita ou até 0,1%, se o ritmo de operação for mais lento. O georreferenciamento, com base em GPS, leva a ganhos extraordinários, permitindo mapear áreas de plantio, fazer correções do solo em áreas determinadas e reduzir a quantidade de insumos utilizados. "Até mesmo os médios agricultores já recorrem a essa prática, que traduz economia", assegura Rego, lembrando é possível abreviar o tempo da cultura, obter maiores volumes e melhores preços.

Moderfrota e Finame

O Moderfrota, instituído em 2000 para estimular a mecanização, foi bem nos primeiros quatro anos, com taxa de 12% (metade da Selic) e provocou um importante rejuvenescimento da frota. "Máquinas velhas perdem produtividade. Acima de doze anos de idade, provocam desperdício de 5%, elevadíssimo", explica Rego.

Mas o Moderfrota começou a fazer água em 2005, com inadimplência elevada no programa, apesar das tentativas de promover a renegociação de dívidas. Os bancos se abstiveram de oferecer o financiamento e o setor só recuperou o crédito em 2009, com o Finame PSI, a taxas de 5,5% e um empurrão do mercado em alta. Na época o Moderfrota registrava 9,5% de juros.

O número de tratores e máquinas agrícolas em operação no país é um mistério. O IBGE calculou a frota de tratores de rodas em 788 mil unidades ao final de 2006, mas a contagem não descontou os veículos aposentados ou de baixa utilidade. Para fazer planejamento, as associadas da Anfavea lançam mão de estimativas de escapeamento de máquinas e veículos, estipulando em 450 mil o número efetivo.

Com base nessa contabilidade, a Anfavea estima que são necessários 35 mil a 40 mil tratores e 4,5 mil a 5,0 mil colheitadeiras novas, todo ano, para manter as necessidades do agronegócio, sem contar a expansão na área cultivada. Na Argentina, onde a safra corresponde a 90 milhões de toneladas (no Brasil são 160 mil), as áreas são relativamente pequenas e permitem a fazendeiros aproveitar de forma cooperativada as frotas de colheitadeiras. "Há até frotistas que vendem serviços na colheita, coisa que não funciona no Brasil em vista das grandes distâncias envolvidas", afirma Rego.

No mundo todo há subsídio à agricultura, em maior ou menor grau. No Japão ele explode para 40% e, na outra ponta, a Nova Zelândia fica nos 5%. Os Estados Unidos vão aos 12%, a União Europeia a 25%. O Brasil anda próximo dos 8%: o produto interno agrícola beira os US\$ 180 bilhões, enquanto o governo aplica US\$ 15 bilhões em financiamentos, garantia de preço mínimo e perdão de dívidas.

O apoio do governo ao setor agrícola costuma ser criticado e há quem defenda um programa baseado em seguro de renda acessível. Os seguros existentes cobram até 30% como prêmio, patamar considerado absurdo mas coerente com o baixo volume de clientes e o alto risco 'coletivo' de prejuízos, como em caso de condições climáticas que arrasem a produção de forma indiscriminada.

Agricultura familiar

No final de 2008 foi lançado o Mais Alimentos, programa de financiamento a núcleos familiares com limite de R\$ 130 mil. A iniciativa provocou a aquisição de 40 mil tratores de pequeno porte e permitiu a agricultores vizinhos se unir para comprar pequenas colheitadeiras em parceria, mas o modelo aplicado à região sul do País se esgotou rapidamente. Só mesmo um refinamento do programa permitiria prever sucesso em outras regiões.

Rego enfatiza que a indústria de máquinas agrícolas está madura no país, alcançando níveis de primeiro mundo na aplicação de tecnologias. As importações de tratores e colheitadeiras são bastante limitadas, mas as exportações estão em nível razoável, equivalente a 23% da produção. Para ele, há um tendência no crescimento da potência dos tratores, embora o avanço da agricultura familiar tenha propiciado avanços nos patamares mais baixos do mercado. "Criamos um novo mercado nessa faixa", afirma o executivo.

Movimento de clientes nas concessionárias cai 30%

27/09/2011- Newsletter Automotive Business

Sondagem realizada pela agência de varejo automotivo MSantos na primeira quinzena de setembro, com 16 concessionárias da Grande São Paulo, mostra que nos últimos três meses houve redução em torno de 30% no movimento de consumidores. "As medidas macroprudenciais anunciadas em dezembro de 2010 tornaram o crédito mais caro e começaram a impactar o mercado a partir do segundo semestre deste ano. Esse movimento foi agravado pela intensificação da crise internacional, que provocou maior preocupação dos agentes financeiros, hoje extremamente rigorosos na aprovação de financiamentos", avalia Ayrton Fontes, economista da MSantos.

Segundo levantamento da agência feito em agosto, estão cada vez maiores as exigências para aprovação dos financiamentos: de cada 100 solicitações, só 38 foram aceitas, contra 70 em igual período de 2010. "A dificuldade é maior para consumidores de renda mais baixa advindos da nova classe média emergente", diz Fontes.

Com isso, essa camada da população foi empurrada para fora do mercado de carros zero-quilômetro, especialmente aqueles que estavam comprando os modelos 1.0 mais baratos por meio de planos longos e sem entrada. "Essa modalidade praticamente sumiu. Os bancos estão solicitando entrada de 20% a 40% para aprovação de planos de até 60 meses. E as taxas, em média, são de 2,5% ao mês para quem não dá entrada e de 1,4% para quem pode adiantar 40% do valor a ser financiado", conta o economista.

Desaceleração das vendas

As dificuldades do crédito começam a se mostrar claramente no ritmo do mercado, que já mostra desaceleração. Considerando só as vendas automóbéis, justamente o segmento onde estão os clientes recusados pelas financeiras, na primeira quinzena de setembro os emplacamentos de 110,3 mil veículos significaram recuo de 2,5%, em comparação com os primeiros quinze dias de agosto.

O número seria bem pior se não fossem as vendas a pessoas jurídicas, principalmente locadoras. Em agosto, segundo Fontes, mais de 25% dos emplacamentos de automóbéis foram realizados por empresas, porcentual que sobe para 43% no caso de comerciais leves.

O economista também avalia que o potencial de endividamento pode estar perto do limite. Ele lembra do Relatório de Estabilidade Financeira divulgado pelo Banco Central no último dia 20, que aponta índice de 21,1% de renda comprometida dos consumidores para pagamento de dívidas, ante 19% no mesmo período de 2010. "Isso porque foi mudada a metodologia do BC. Pelo critério anterior o percentual ficaria acima de 26%, próximo dos 30%, sinal vermelho para limite de endividamento no País", pondera.

Nisshinbo Brake compra a TMD Friction

27/09/2011- Newsletter Automotive Business

O grupo japonês Nisshinbo Holdings, dono da Nisshinbo Brake, fechou na segunda-feira, 26, a compra do controle acionário da TMD Friction, para formar o maior fabricante mundial de pastilhas e lonas de freios para aplicações automotivas, com faturamento anual estimado em torno de € 1 bilhão, segundo comunicado das empresas. Só o Grupo TMD, em 2010, aumentou em 20% suas vendas e fechou o ano com receita de € 637 milhões.

A Nisshinbo Brake tem fabricas no Japão, Estados Unidos, Coreia do Sul, China, Tailândia e Índia, enquanto a TMD mantém operações na Alemanha, Reino Unido, França, Romênia, China, África do Sul, Japão, Estados Unidos, México e Brasil (onde comercializa os produtos da marca Cobreq).

Mesmo como subsidiária da Nisshinbo, a TMD continuará a ser comandada pelo atual CEO Derek Whitworth, assim como serão mantidos os demais diretores e membros do conselho. Um time gerencial será formado para planejar a integração das duas empresas. Koji Nishihara, presidente da Nisshinbo, passará a integrar o conselho consultivo da TMD. "Juntos teremos uma forte presença em todos os principais setores da indústria automotiva, de ampla base global e com mínima sobreposição geográfica", disse Nishihara em nota.

Regras para aviso prévio dão segurança, diz CNI

27/09/2011- Relações do Trabalho

Brasília – A definição das normas do aviso prévio proporcional dá segurança para empresas e trabalhadores. A avaliação foi feita pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, em entrevista à jornalista Míriam Leitão, no programa Espaço Aberto, que foi ao ar pela GloboNews na noite desta quinta-feira, 22 de setembro. "Os custos da decisão serão pouco significativos para as empresas", disse Andrade.

Segundo ele, a aprovação do projeto de lei que regulamenta o aviso prévio proporcional na Câmara dos Deputados dá mais segurança às empresas na hora de contratar, porque os custos com eventuais demissões são previsíveis. Outro ponto positivo, na avaliação do presidente da CNI, é que a decisão não terá efeito retroativo,

ou seja, não valerá para trabalhadores demitidos no passado. "Isso não gera insegurança jurídica do passado. Por exemplo, empresas com ações na bolsa de valores, que distribuíram dividendos, mas que demitiram no passado, não precisarão refazer suas contas", ponderou Andrade.

Ele destacou que a proposta aprovada era a melhor entre as mais de 30 que tramitavam no Congresso. O Projeto de Lei 3941/89, aprovado na quarta-feira, 21 de setembro, mantém o prazo mínimo de 30 dias para o aviso prévio e acrescenta três dias para cada ano trabalhado até o limite de 60 dias. Com isso, o aviso prévio pode chegar ao máximo de 90 dias.

Andrade afirmou que o prazo do aviso prévio é um preceito constitucional que devia ser regulamentado pelo Legislativo e não pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "No Brasil, estamos acostumados a ver essas definições caminharem para o STF, que vê apenas a questão legal, sem analisar os impactos que a decisão causaria à sociedade", disse. "Isso mostra que o Brasil tem instituições capazes de definir os rumos do país."

Cálculos da CNI mostram que, caso a lei do aviso prévio proporcional estivesse em vigor em 2010, as despesas da indústria com a demissão de trabalhadores aumentaria cerca de 10%. Ou seja, o custo com o pagamento do aviso prévio proporcional subiria de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 1,2 bilhão. Esse valor foi calculado com base nas demissões feitas pela indústria no ano passado, quando o setor dispensou 700 mil trabalhadores. Desses, 221 mil teriam direito a receber mais de 30 dias de aviso prévio.

Aviso prévio de 90 dias custará R\$ 1,9 bilhão às empresas

27/09/2011- Relações do Trabalho

A aprovação do projeto de lei que aumenta o tempo de aviso prévio de 30 para 90 dias, feita pela Câmara dos Deputados na noite desta quinta-feira, custará R\$ 1,9 bilhão a mais para as empresas. A estimativa é da Firjan, que calcula que o pagamento do aviso prévio será encarecido em 21%, considerando as estatísticas de 2010. O projeto segue agora para sanção presidencial.

Segundo a entidade que representa as indústrias do Estado do Rio de Janeiro, o aumento previsto causará "desestímulo adicional à geração de empregos formais no País, contrariando a tendência internacional de flexibilização das legislações trabalhistas e reduzindo ainda mais a competitividade do produto brasileiro".

A entidade afirma ainda que o aumento de custos para as empresas brasileiras é inoportuna, "tendo em vista o momento econômico mundial de alta volatilidade marcado por uma crise internacional de dimensões e impactos incertos".

Invasão de produtos chineses tem provocado fechamento de indústrias no Brasil

27/09/2011- Relações do Trabalho

Produtores nacionais estão preocupados com a desindustrialização provocada pela invasão dos produtos chineses nos últimos anos. Levantamento da Comissão de Defesa da Indústria Brasileira (Cdib) aponta que, na última década, várias indústrias fecharam as portas após o avanço das importações chinesas.

No segmento de escovas, por exemplo, das 40 empresas que há dez anos estavam no mercado, apenas duas mantêm as atividades industriais. Para o presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Vassouras, Escovas, Pincéis e Similares (ABVEP) e membro fundador da Cdib, Manolo Canosa, a desativação do parque industrial significa a "morte" do setor com perdas irreparáveis, incluindo de empregos.

"Quando se desativa uma indústria, independentemente do setor, perde-se toda a mão de obra técnica porque o setor morreu. Daqui a pouco não vai existir indústria para gerar empregos. A cada produto comprado da China, se exclui um emprego aqui [no Brasil] e se cria um na China", lamenta.

Das três empresas brasileiras produtoras de ímã de ferrite (material utilizado na fabricação de alto-falante), apenas uma continua com as atividades industriais. Segundo o diretor da companhia Roberto Barth, a valorização do real diante da desvalorização do yuan (moeda chinesa) torna a concorrência impraticável e desleal. "As nossas indústrias não têm como concorrer com essa invasão predatória chinesa. A defasagem cambial inviabiliza qualquer tipo de concorrência", comenta.

Na tentativa de reduzir a entrada ilegal dos produtos chineses, Barth denunciou ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a manobra feita por indústrias da China que declaravam produzir em Taiwan para driblar o pagamento de taxas antidumping. "O próprio exportador chinês me ofereceu a compra desses produtos com entrada ilegal a preços mais baratos", conta.

Após investigação da denúncia, pela primeira vez, o governo federal proibiu a entrada de um produto estrangeiro utilizando as medidas de defesa comercial que fazem parte do Plano Brasil Maior, política industrial do governo federal lançada no início de agosto. "Já é um começo. Quando pensarem em burlar a lei, vão pensar mais de uma vez", completa.

Para o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto Castro, a desindustrialização provocada pelo aumento das importações chinesas representa uma tendência. Com o dólar em baixa, os produtos importados ficam mais baratos e as mercadorias nacionais perdem espaço no mercado interno. "O governo deixou claro que a preocupação maior é manter a inflação baixa e não com o comércio exterior. As medidas de estímulo são bem-vindas, mas são insuficientes", avalia.

Castro destacou ainda que o problema cambial é agravado pela falta de apoio governamental às indústrias nacionais. "O câmbio é um problema por causa da nossa

infraestrutura insuficiente e onerosa. O sistema tributário arcaico, a elevada tributação, o alto custo financeiro e a burocracia são fatores que tornam o problema cambial ainda maior", afirma.

Sobe número de empregados que se ausentam por doença

27/09/2011- Relações do Trabalho

Pesquisa do setor industrial e consultores apontam para alta do absenteísmo

"Faltei ao trabalho duas vezes neste ano", conta a cozinheira Rosilda Maria da Silva, 40. "Minha filha estava doente e precisei levá-la ao médico", justifica.

Ela lembra que, nas duas ocasiões, avisou o chefe e levou atestado de saúde no dia seguinte. Em 2010, diz, não perdeu um só dia de trabalho.

Uma pesquisa nacional do Sesi (Serviço Social da Indústria) que perguntou para os empregados quantos dias eles haviam faltado nos últimos 12 meses por problemas relacionados a saúde aponta uma tendência de alta no absenteísmo dos trabalhadores.

Dos 153.626 que responderam ao questionário entre janeiro e agosto deste ano, 32,5% relataram que deixaram de trabalhar por pelo menos um dia. A média histórica é de 30,7%. No Estado de São Paulo, houve ainda alta discreta no número de empregados que faltam seis ou mais dias.

Embora o estudo retrate apenas um setor de atividade, o industrial, e seja feito em empresas diferentes a cada ano, consultores de recursos humanos estendem a percepção de aumento do número de ausentes para o mercado de trabalho em geral.

Para a consultora da Lens & Minarelli Mariá Giuliese, "esse tema tem crescido em importância". Ela conta que ouve falar sobre faltas com mais frequência em palestras.

Andrea Huggard Caine, diretora da consultoria que leva o seu sobrenome, diz que, para empresas que trabalham com número restrito de empregados, o absenteísmo "é crucial, mortal".

IR - Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL do mês de agosto vencem dia 30/9

27/09/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, devem recolher até sexta-feira, dia 30/9, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda (IRPJ) incidentes sobre a estimativa do mês de agosto/2011.

Também devem ser recolhidos nesta data a 3ª quota, referente ao 2º trimestre de 2011, da CSLL e do IRPJ devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que

lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, que optaram pelo recolhimento no lucro real trimestral ou no lucro presumido.

IR - Pessoa Física - Quota do IRPF com vencimento em 30/9 terá 4,99% de juros

27/09/2011- Notas COAD

As pessoas físicas que optaram pelo parcelamento do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2011, ano-calendário de 2010, deverão acrescer ao valor de cada quota, a partir da segunda, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega da declaração até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento.

Direito do Trabalho - Transtorno bipolar: TST não considera nula demissão de diretora

27/09/2011- Notas COAD

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a agravo de instrumento por meio do qual uma ex-diretora da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase), portadora de transtorno afetivo bipolar, que foi demitida durante o período estável. Com isso, ficou mantida decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), que não reconheceu como nula a demissão e, em consequência, rejeitou pedido de indenização relativa ao período de garantia do emprego.

A funcionária foi admitida em maio de 2001 para ocupar o cargo de diretora de estabelecimento. Pouco depois sofreu infarto (que atribuiu ao estresse e às pressões decorrentes do trabalho na fundação) e foi acometida de transtorno depressivo recorrente, atribuído à falta de segurança e às péssimas condições de trabalho. Diante da incapacidade para o trabalho, foi encaminhada à Previdência Social, passando a receber auxílio-doença comum.

Segundo ela, perícia médica periódica realizada em junho de 2004 considerou-a apta a retornar ao trabalho. Após contestar o laudo pericial, verificou-se ter havido erro de diagnóstico, e o INSS voltou atrás para declará-la inapta, em julho de 2004. No intervalo entre a emissão dos dois laudos, foi demitida sem justa causa.

Presumindo ter direito à estabilidade provisória prevista no artigo 118 da Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os benefícios da Previdência Social, a funcionária ajuizou ação trabalhista para solicitar a correção do encaminhamento equivocado da Fundação, a fim de declarar o auxílio como acidentário, e pediu a condenação da empresa ao pagamento de indenização pela dispensa durante o período da estabilidade.

Declarada pela 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a nulidade da dispensa, a fundação foi condenada a pagar-lhe indenização por demissão arbitrária no valor de R\$ 50 mil. Recorreu então ao Regional gaúcho alegando que, no momento da extinção do contrato de trabalho, a funcionária encontrava-se apta para exercer suas funções.

Examinando o laudo pericial, o Regional observou ter sido diagnosticado que a funcionária sofria de transtorno afetivo bipolar, que, segundo o perito, tratava-se de psicose funcional, que surge em geral após os 40 anos e afeta principalmente as mulheres com histórico familiar. A conclusão, portanto, foi a de que a patologia era independente do trabalho que exercia.

O Regional, com base nessa conclusão, não reconheceu a existência de doença profissional ou ocupacional que justificasse a indenização, apesar de a doença a tornasse incapaz para o trabalho. Entendeu, ainda, que a dispensa não foi discriminatória, e reformou a sentença para absolver a fundação.

Rejeitado o recurso de revista ao TST, a funcionária interpôs agravo de instrumento, insistindo na ilegalidade e no caráter discriminatório da sua dispensa. Sustentou que o contrato de trabalho estava suspenso e que estava incapacitada para exercê-lo, mas mesmo assim a fundação a dispensou.

Todavia, o relator do agravo, ministro Horácio de Senna Pires, também concluiu pela ausência de nexo de causalidade entre a doença da diretora e sua atividade na fundação e de caracterização de discriminação na dispensa, pois o transtorno afetivo bipolar não se enquadra entre os casos previstos na lei. Por entender corretos os fundamentos utilizados pelo Regional, o ministro negou provimento ao agravo e foi seguido pelos demais integrantes da Terceira Turma, com ressalvas de fundamentação da ministra Rosa Maria Weber.

Processo: AIRR-12635-31.2010.5.04.0000

FONTE: TST

Tribunal - Empregado demitido por justa causa perde direito às férias proporcionais

27/09/2011- Notas COAD

De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o empregado demitido por justa causa não tem direito ao pagamento de férias proporcionais. Seguindo essa interpretação, a Terceira Turma do TST, em decisão unânime, deu razão à Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Rio Grande do Sul e restabeleceu a sentença de origem que havia excluído da condenação o pagamento de férias proporcionais, com acréscimo do terço a mais do salário previsto na Constituição da República (artigo 7º, inciso XVII).

A OAB/RS entrou com recurso de revista no TST depois que o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) considerou que a dispensa por justa causa não retirava do empregado o direito às férias proporcionais. Na avaliação do Regional, o artigo 146, parágrafo único, da [CLT](#), que exclui o pagamento das férias proporcionais ao trabalhador demitido com justa causa, teria sido revogado pelo mencionado artigo 7º, inciso XVII, da Constituição e pela Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da remuneração das férias.

Como observou a relatora na Turma, ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, no caso analisado, o TRT reconheceu que a despedida do empregado aconteceu por justa causa. O próprio trabalhador confirmou que era porteiro na sede da OAB/RS quando furtou um carro estacionado na garagem da instituição e abandonou-o

posteriormente, porque havia discutido em casa e estava "com a cabeça quente".

Entretanto, diferentemente do entendimento do Regional, a relatora afirmou que a Convenção nº 132 da OIT não trata especificamente do pagamento de férias proporcionais a empregado despedido por justa causa. A ministra destacou também a existência da Súmula nº 171 (amparada no artigo 147 da CLT) do TST, que estabelece expressamente: "salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 meses".

Desse modo, a relatora concluiu que a decisão do TRT, ao determinar o pagamento das férias proporcionais ao trabalhador, contrariou a súmula. Por consequência, os ministros da Terceira Turma deram provimento ao recurso de revista da OAB/RS para restabelecer a sentença que havia negado o direito ao empregado.

Processo: [RR-41400-65.2009.5.04.0026](#)

FONTE: TST

Simples Nacional - Frente parlamentar se mobiliza para garantir votação do Supersimples no Senado

27/09/2011- Notas COAD

A Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa fará mobilização para garantir a votação, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, do projeto de lei complementar que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Supersimples. A proposta foi aprovada na Câmara em 31 de agosto.

O coordenador da Frente, deputado Pepe Vargas (PT-RS), destaca que a convocação da mobilização se estende às entidades representativas das micro e pequenas empresas. O relator da matéria naquela Casa, senador José Pimentel (PT-CE), informou que foi pedido vistas ao projeto na semana passada, o que demonstraria a tentativa de impedir a votação.

Atualmente, uma microempresa pode faturar até R\$ 240 mil; com a aprovação da matéria, poderá faturar até R\$ 360 mil. O teto para as empresas de pequeno porte passa de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões. O Empreendedor Individual (EI) também poderá ter um ganho anual maior sem sair do programa. O valor para limite de enquadramento do EI passa dos atuais R\$ 36 mil para R\$ 60 mil ao ano.

Fonte: Agência Câmara

IOF - Relator finaliza parecer sobre cobrança de IOF em especulação com dólar

27/09/2011- Notas COAD

O deputado Reinhold Stephanes (PMDB-PR) finaliza nesta semana o seu relatório sobre a Medida Provisória 539/11, que estabeleceu Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a especulação de bancos e empresas com a queda do dólar. O

Decreto 7.536/11 estipulou o imposto em 1%, mas a MP permite seu aumento até 25%.

Na época em que a MP foi editada, o dólar estava em queda frente ao real, um cenário que mudou nos últimos dias. Mas Stephanes afirma que é importante dar ao governo um instrumento que será calibrado conforme a necessidade.

"Este é um instrumento que não é utilizado em praticamente nenhum país do mundo. Quer dizer, o Brasil está inovando nesse sentido, está adotando uma medida preventiva. Corremos algum risco pelo fato de inovarmos neste tipo de medidas? Corremos. Temos algumas instituições contrárias? Temos. Por exemplo, a Bovespa é contrária", disse Stephanes. O relator, no entanto, defende a adoção de medidas preventivas. "É melhor nós pecarmos um pouco e correremos algum risco e termos mecanismos do que correremos o risco de no futuro termos problemas maiores por falta de conhecimento e de mecanismos regulatórios."

Em 2008, algumas empresas apostaram na desvalorização do dólar e sofreram grandes perdas com a crise financeira nos Estados Unidos que elevou a cotação da moeda. Novamente, o dólar vem subindo por causa do receio de uma crise de grandes proporções na Europa.

A pedido da BM&FBovespa e da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), o governo adiou o início do recolhimento do tributo para 5 de outubro, a fim de viabilizar a operacionalização da cobrança. Essas empresas serão responsáveis por centralizar o registro dos contratos de derivativos e recolher os valores devidos pelos titulares.

A MP 539 ainda autoriza o Conselho Monetário Nacional (CMN) a fixar novas restrições para as operações especulativas. A proposta recebeu 14 emendas e já tranca a pauta do Plenário da Câmara.

Fonte: Agência Câmara

Desoneração da Folha - Trabalho discutirá desoneração da folha de pagamento

27/09/2011- Notas COAD

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizará nesta terça-feira (27) audiência pública sobre a desoneração da folha de pagamento das empresas.

O debate foi proposto pela deputada Flávia Moraes (PDT-GO). "Esse tema está na ordem do dia em todos os gabinetes ministeriais que tratam de economia, emprego e renda neste País, como forma de reduzir o chamado custo Brasil e aumentar o emprego", diz ela.

"É fundamental que esse debate também seja provocado na Câmara, para dar oportunidade aos deputados se pronunciarem. Diante da diversidade de opinião sobre a matéria em pauta, entendo ser pertinente a discussão do assunto em audiência pública, podendo assim esclarecer todas as divergências e facilitar a votação de matérias que tratam do tema", afirma a deputada.

Foram convidados:

- um representante do Ministério do Trabalho;
- o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP);
- o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade;
- o presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nesse;
- o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Pedro Tolentino Filho;
- o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Álvaro Sólton de França.

A audiência será realizada às 14h30. O local ainda não foi definido.

FONTE: Agência Câmara